



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Acácio Favacho – MDB/AP)

Requer, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados adicionar convidado à audiência pública com o objetivo de debater os impactos do reajuste na tarifa, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica para consumidores do Amapá.

Requeiro, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvidos os demais membros deste colegiado, **convidar o Secretário Nacional de Energia Elétrica – Gentil Nogueira de Sá Júnior** – para participar da audiência pública destinada a debater o reajuste anual na tarifa de energia elétrica para os consumidores do Amapá, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em dezembro de 2022, atingindo uma média de aumento de 33,29% na baixa tensão e de 44,87% na alta tensão. **A audiência supracitada foi objeto do Requerimento nº 19/2023, aprovado por esta Comissão na reunião do dia 09 de agosto de 2023.**

Justificação

A empresa Equatorial Energia assumiu em junho de 2021 as atividades de distribuição do serviço de energia elétrica no estado do Amapá, após contrato de concessão por um período de 30 anos. Desde então, o Estado passou a ser agente regulador no processo de distribuição de energia e, junto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), devem acompanhar as tratativas referentes aos ajustes tarifários.

A nova diretoria da Equatorial apresentou as ações previstas para melhorar e otimizar o serviço no estado, que nos últimos anos sofre com constantes





CÂMARA DOS DEPUTADOS

interrupções no fornecimento, alta da tarifa e em novembro de 2020 encarou 22 dias de crise energética com o apagão. Entre os investimentos, o grupo Equatorial anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão nos próximos 5 anos, além de inclusão de 12 mil famílias na tarifa social para descontos na conta de luz.

Em dezembro de 2022, as tarifas de energia no Amapá aumentaram em média 36,08%, sendo o reajuste anual aprovado pela Aneel bem superior ao das demais concessionárias de distribuição do país. Uma ação civil pública pede que a Justiça Federal anule o reajuste. O pedido de anulação foi protocolado pelo Ministério Público Federal, com assinaturas das defensorias públicas da União (DPU) e do Estado do Amapá (DPE/AP). O documento também cita que o Conselho de Consumidores de Energia do Amapá não foi notificado sobre o reajuste.

É importante ressaltar que a empresa Equatorial já atua no setor de distribuição de energia no Brasil, em outras 6 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás, onde as reclamações sobre a qualidade na prestação do serviço motivaram ações como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Equatorial, da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), requerimento de criação de CPI no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Requerimento nº 1583/2023, do Deputado Estadual Roberto Góes), além da aprovação de Requerimento de Auditoria nas ações da ANEEL na regulação da CEEE Equatorial no Rio Grande do Sul (Req 277/2023 do Deputado Federal Daniel Trzeciak).

No intervalo de apenas 3 anos, a empresa vem recebendo constantes reclamações de consumidores do Amapá acerca da baixa qualidade dos serviços prestados, como: descontinuidade do fornecimento de energia elétrica, quedas abruptas que causam prejuízos materiais aos usuários, demora no diagnóstico dos problemas e na resolução das demandas, descaso com chamados urgentes, inoperância da central de atendimento, cobranças excessivas, reajustes abusivos dentre outros, ou seja, distante do que se pode considerar um serviço de qualidade e de eficiência.

Diante do exposto, o requerimento proposto visa cumprir o papel desta Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, solicitando aos convidados esclarecimentos que garantam a transparência e a responsabilidade na implementação de decisões que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. Além disso, acreditamos que a ANEEL precisa esclarecer se vem exercendo a sua função de fiscalização de forma ativa e rigorosa em relação à





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Equatorial Energia - CEA, pois somente a fiscalização adequada, permanente e efetiva garantirá que a empresa concessionária preste melhor serviço à população.

Espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para que possamos obter os esclarecimentos necessários acerca desse importante tema para o desenvolvimento urbano do nosso país.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2023.


Deputado Acácio Favacho
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
MDB/AP

